

ECONOMIA SOLIDÁRIA: Incubadoras Universitárias e Processo Educativo¹

Maria Nezilda Culti²

1. Economia Solidária

Apesar do conceito de Economia Solidária nem sempre ser usado com o mesmo significado e nome, seu princípio é a idéia da solidariedade em contraste com o individualismo competitivo que caracteriza a sociedade capitalista. Atualmente utiliza-se este conceito amplamente no Brasil e em diversos países. Seus empreendimentos apresentam as seguintes características: são organizações urbanas ou rurais, de produtores, de consumidores e de crédito, baseadas na livre associação, no trabalho cooperativo, na autogestão e no processo decisório democrático, em que cada associado representa um voto. A cooperativa é a forma clássica de organização de um empreendimento da Economia Solidária.

A Economia Solidária vem se transformando em um eficiente mecanismo gerador de trabalho e renda. Seus empreendimentos são formados predominantemente por trabalhadores de segmentos sociais de baixa renda, desempregados ou em via de desemprego, trabalhadores do mercado informal ou subempregados e pelos empobrecidos.

Esta nova forma de economia que se desenvolve no século XXI tem o cooperativismo operário como principal antecedente. O cooperativismo operário surgiu durante o século XIX em reação à Revolução Industrial, era uma tentativa de construir outra maneira de processar a economia, com base no trabalho associado e na distribuição eqüitativa do excedente adquirido e não na acumulação individual do dinheiro a partir da exploração do trabalho do outro. Seus principais pensadores foram: Robert Owen (1771-1858), Willian King (1786-1865), Charles Fourier (1772-1837), Philippe Buchez (1796-1865) e Louis Blanc (1812-1882).

O cooperativismo preocupa-se com o aprimoramento do ser humano nas suas dimensões econômicas, sociais e culturais. É um sistema de cooperação que historicamente aparece junto com o capitalismo, mas é reconhecido como um sistema mais adequado, participativo, democrático e mais justo para atender às necessidades e aos interesses específicos dos trabalhadores.

Hoje, com a precarização e exclusão do mercado formal de trabalho de grandes contingentes populacionais em função das novas tecnologias e das políticas neoliberais, para gerar trabalho e renda os trabalhadores buscam se organizar em associações,

¹ Texto atualizado para publicação na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), antes publicado na Revista PROPOSTA, Publicação da FASE, Jan/Mar – 2007, ano 31, nº 111.

² Professora Doutora no Departamento de Economia da Universidade Estadual de Maringá (UEM) – Estado do Paraná, integrante do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) e Coordenadora Geral do Programa Nacional de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável da Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO). E-mail: nezilda@terra.com.br

cooperativas, clubes de troca ou redes não monetárias, empreendimentos autogeridos e familiares.

Ao analisar os resultados da pesquisa realizada em nove Estados brasileiros, GAIGER (2004: 371-402)³ chama atenção para a diversidade de caminhos e soluções que estão expressos na economia solidária e para as opções teórico-conceituais “ligeiramente diferentes” adotadas pelos pesquisadores e diferentes autores⁴. Porém, em suas constatações históricas sobre a economia solidária e as marcas que ela deixou ou pode vir a deixar no desenvolvimento atual e futuro da sociedade brasileira, Gaiger deduz que a existência de empreendimentos econômicos solidários nada tem de corriqueira, trivial e, tampouco, é um reflexo previsível diante da crise do mercado de trabalho.

A pesquisa demonstra que a adoção de iniciativas de trabalhos cooperativos pode advir de objetivos despretensiosos, mas responde, através da própria associação das pessoas, a necessidades de proteção contra o rolo compressor dos grandes poderes econômicos. As razões isoladas ou conjugadas que levam ao surgimento dos empreendimentos apontam para algumas circunstâncias como: a presença de setores ou a existência de organizações e lideranças populares com experiência em práticas associativas, comunitárias ou de classe; chances favoráveis para práticas econômicas associativas compatíveis com a economia popular dos trabalhadores; presença de entidades e grupos de mediação (apoiadores, assessores etc.) aptos a canalizar as demandas dos trabalhadores para alternativas associativas e autogestionárias; a incidência concreta sobre os trabalhadores dos efeitos da redução do emprego e a formação de um cenário político que reconhece a relevância das demandas sociais, oriundas de longo caminho já percorrido e que coloca a economia solidária em debate na sociedade.

Observa-se, portanto, a ocorrência da formação de sujeitos populares ativos e organizados, na qual se misturam necessidades e vontades, em que se “conhece poucos atalhos... e muitos desvios”, mas na qual, também, a escolha consciente do solidarismo, quando reafirmada diante de outras opções, “passa a ser o principal motor do empreendimento, a razão mesma pela qual não sucumbe às dificuldades de permanecer autogestionário e cooperativo” ou visto de outro modo, “não se rende às comodidades de

3

Reflexões feitas a partir de um levantamento amplo e inédito da economia solidária no Brasil realizado pela Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO), no período de 1999-2003, em nove Estados brasileiros (SP, MG, DF, RS, CE, SC, PE e PA), coordenado pelo Prof. Luiz Inácio Gaiger, com os resultados publicados integralmente em 2004 no livro: *Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil*, organizado por Gaiger e publicado pela editora UFRGS, em 2004.

Essa primeira pesquisa de base nacional sobre o tema buscou fazer uma reconstrução histórica da economia solidária nos Estados pesquisados, bem como a descrição do perfil dos empreendimentos e as condições de formação e de crescimento. O conceito utilizado como parâmetro de referência para identificar os empreendimentos girou em torno de oito princípios, que estariam internalizados na compreensão e na prática das experiências associativas: autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação, auto-sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social.

⁴ Entre os autores podemos citar: Luiz Razeto (Chile), José Luiz Coraggio (Argentina), Aníbal Quijano (Peru), Orlando Nuñez Soto (Nicarágua). Uma síntese da discussão de cada um pode ser vista no texto: “Dimensões da luta política nas práticas de economia solidária”, de Gabriela Cavalcanti Cunha, publicado no livro, *Uma Outra Economia é Possível: Paul Singer e a Economia Solidária*, organizado pela mesma, André Ricardo de Souza e Regina Yoneko Dakuzaku, 2003, Editora Contexto.

retornar às formas de vida econômica praticadas anteriormente, nas quais os laços solidários ficam mitigados ou dissolvidos” (op.cit, p.379).

É conveniente distinguir, de modo geral e em cada situação particular, os diferentes fatores que intervêm e favorecem o surgimento dos empreendimentos econômicos solidários. De um lado, existem FORÇAS NEGATIVAS – mudanças objetivas que eliminam as opções de vida econômica habituais dos trabalhadores, às quais podem somar-se ainda razões subjetivas, que os levam a rejeitar as soluções habituais e somente suportá-las na falta de outras. De outro, existem FORÇAS POSITIVAS que favorecem a adesão dos trabalhadores às propostas associativas em razão das vantagens materiais que apresentam ou porque formam e sedimentam convicções subjetivas, fortalecendo o futuro dos empreendimentos diante de adversidades, expandindo seu efeito irradiador e multiplicador. Quando há a presença do agente externo (apoiadores, parceiros, assessorias etc.) ela é apenas uma variável a mais, visto que antes deve ter entrado em cena um conjunto de situações que levam os trabalhadores a buscar outros caminhos, seja porque os convencionais diminuem ou porque se tornam menos aceitos ou mesmo por convicção formada ao longo do tempo.

As iniciativas de geração de trabalho e renda que têm como base a forma solidária e associativa têm se multiplicado em todo o território nacional chamando atenção de setores da sociedade civil, do poder público e de entidades de classe. Simultaneamente vão sendo criadas organizações que se colocam como apoiadoras, parceiras ou agregadoras dessas iniciativas. Em 2001, se formou o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) no seio do Fórum Social Mundial, para ser um interlocutor junto ao Governo Federal e outras instâncias. No ano de 2003, a economia solidária ganha destaque quando assistimos também à criação, em âmbito Federal de Governo, da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), visando formular e articular políticas de fomento à economia solidária, o que denota ter havido múltiplas práticas desenvolvidas nas últimas décadas. Em 2004, também foi criada a União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Solidária do Brasil – UNISOL Brasil⁵, para representar os empreendimentos da economia solidária. É mais um salto que faz aumentar a visibilidade e propicia a articulação e conseqüente fortalecimento da economia solidária.

A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) do Ministério de Trabalho e Emprego com apoio do Fórum Brasileiro de Economia Solidária está realizando o mapeamento da economia solidária no Brasil. O Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária — SIES já dispõe de alguns resultados parciais.

O sistema levanta informações dos Empreendimentos de Economia Solidária – EES e das entidades de apoio, assessorias e fomento. As informações parciais indicam que existem⁶ no total 14.954 empreendimentos cadastrados, destes, 6.549 no Nordeste, 2.592 no Sul, 1.884 no Norte, 2.144 no Sudeste e 1.785 no Centro Oeste do país. Ou seja, quase a metade (44,0%) deles localiza-se no Nordeste, em segundo lugar está o Sul (17,0%) e em

⁵ UNISOL Brasil, criada no final de 2004, é constituída e dirigida pelos sócios-trabalhadores das cooperativas e empreendimentos filiados e tem por finalidade organizar, representar e articular nacionalmente as cooperativas, associações e outros empreendimentos autogestionários da economia solidária, resgatando e provendo a intercooperação, a igualdade social e econômica, a dignidade humana e o desenvolvimento sustentável.

⁶ Dados extraídos do *Atlas da Economia Solidária no Brasil – 2005*. Brasília: MTE, SENAES, 2006.

terceiro e quarto, o Sudeste (14,0%) e o Norte (13,0%). Os dados também indicam que mais da metade dos empreendimentos (54,0%) está organizada na forma de associações, 33,0% são grupos informais, 11% cooperativas e 2,0% distribuídos entre empresas autogestionárias, redes/centrais e outras formas. Segundo os registros, a atividade econômica desses empreendimentos é muito variada, mas predomina as ligadas à agropecuária, extrativismo e pesca (42,0%), seguida das de produção de alimentos e bebidas (18,3%) e diversos produtos artesanais (13,9%). A metade desses empreendimentos atua exclusivamente na área rural, 33% exclusivamente na área urbana e 17% têm atuação tanto na área rural como na área urbana. Considerando as regiões, cabe destacar que no Sudeste a maioria (60%) atua na área urbana. Já nas regiões Norte e Nordeste a participação dos empreendimentos que atuam exclusivamente na área rural (57% e 63% respectivamente) está acima da média nacional que é de 50%.

Estão associados nos empreendimentos econômicos solidários mais de 1 milhão e 250 mil homens e mulheres, resultando numa média de 84 participantes por empreendimento. Quanto à composição social dos empreendimentos verifica-se que 73,0% são formados por homens e mulheres, 16,0% somente por mulheres e 11% formados somente por homens.

Apenas 60% dos empreendimentos prestaram informações a respeito da remuneração dos seus associados configurando o seguinte quadro: 50% apresentam remuneração com valor até meio salário mínimo (SM), enquanto que 26,1% têm uma remuneração de meio a um SM e em torno de 20% recebem de 1 a 2 SM, sendo que os demais ficam entre 2 a 5 SM e mais de 5 SM. Considerando a situação regional, o Sul apresenta uma participação proporcionalmente menor em relação à média nacional nas faixas inferiores de renda, o contrário ocorre na região Nordeste.

Com relação à comercialização, os produtos e serviços são destinados predominantemente aos espaços locais. As indicações são de que 56% vendem no comércio local comunitário, 50% em mercados/comércios municipais, 7% têm como destino de seus produtos o território nacional e apenas 2% realizam transações com outros países. Portanto, depreende-se dos dados a importância desses empreendimentos para o desenvolvimento local sustentável.

Para fomentar o desenvolvimento local integrado e sustentável, os instrumentos necessários são: capital social local, instituições democráticas, fortes laços de cooperação e confiança entre os agentes locais, processo contínuo de inovação endógena e estratégias produtivas adequadas às condições locais ou do território. O desenvolvimento endógeno deve promover, a partir dos recursos, das potencialidades e dos agentes locais, o fortalecimento da economia e da sociedade local.

É interessante notar que a economia solidária se utiliza, em grande medida, dos mesmos instrumentos. Além do desenvolvimento endógeno e sustentável, na economia solidária agrega-se o desenvolvimento solidário, pois são iniciativas na qual a autogestão, a confiança mútua, a cooperação, a democracia, auto-sustentação, o desenvolvimento humano, a responsabilidade social e o controle social são princípios fundamentais. E a economia solidária agrega ainda a inclusão social. Contribui também com o desenvolvimento sustentável, pois é um processo de melhoria da qualidade de vida que compatibiliza o crescimento econômico, a conservação dos recursos naturais e a igualdade

social, no curto e no longo prazo. Em síntese, as condições para o desenvolvimento local e para a economia solidária dependem de um desenvolvimento endógeno que possa contar com capital social fortalecido e que integre e mobilize os produtores por meio de redes sócio-técnicas de produção, comercialização, informação e formação, bem como outros atores locais, regionais e estaduais e as próprias políticas públicas em torno da sua auto-sustentação.

O mapeamento também identificou um total de 1.120 instituições de apoio que atuam na economia solidária em todo o país. As instituições podem ampliar a dinâmica social no sentido de aumentar o capital social e produtivo criando novos arranjos institucionais resultantes da articulação de parcerias com: agências de desenvolvimento (os IDR); instituições de crédito; centros nacionais e internacionais de desenvolvimento tecnológicos; Emater; Sebrae; instituições governamentais; instituições não-governamentais; empresas que desenvolvem uma política de responsabilidade social; órgãos especializados junto às secretarias de planejamento, desenvolvimento econômico, indústria, comércio e agricultura; conselhos para a gestão integrada das políticas; fóruns permanentes de debates sobre o desenvolvimento local e economia solidária.

O envolvimento das universidades tem sido importante no apoio às iniciativas da economia solidária em vista da sua capacidade de pesquisa, extensão e transferência de tecnologia, portanto, na elaboração teórica e realização de atividades práticas executadas por meio das ações desenvolvidas nas Incubadoras Universitárias com envolvimento de professores, pesquisadores, técnicos e acadêmicos. As Incubadoras atendem às demandas tanto dos trabalhadores diretamente bem como as dos poderes públicos que procuram parcerias para apoiar a formação de empreendimentos econômicos solidários.

2. Incubadoras universitárias de empreendimentos econômicos solidários

As Incubadoras surgem a partir da demanda crescente de trabalhadores de todo país que buscam formar empreendimentos econômicos solidários. Desempenham um papel importante à medida que se tornam espaços de troca de experiências em autogestão e autodeterminação na consolidação desses empreendimentos e das estratégias para conectar empreendimentos solidários de produção, serviços, comercialização, financiamento, consumidores e outras organizações populares que possibilitam um movimento de realimentação e crescimento conjunto auto-sustentável.

As Incubadoras Universitárias de empreendimentos econômicos solidários constroem uma tecnologia social cada vez mais utilizada no âmbito das ações de geração de trabalho e renda. São espaços que agregam professores, pesquisadores, técnicos e acadêmicos de diversas áreas do conhecimento, bem como programas internos existentes nas universidades para desenvolverem pesquisas teóricas e empíricas sobre a economia solidária, além das atividades de incubação de empreendimentos econômicos solidários, com o objetivo de atender trabalhadores que tencionam organizar seus próprios empreendimentos sejam cooperativas, associações ou empresas autogestionárias, urbanas ou rurais.

Podemos destacar nessa área, a Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO)⁷. As Incubadoras da Rede UNITRABALHO estão integradas ao seu Programa Nacional de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável e dispõem do apoio de um Grupo de Trabalho (GT) Nacional que traça as diretrizes do Programa e dá suporte em questões teóricas e práticas. Esse GT é composto por 06 (seis) professores de universidades agregadas à rede e estão distribuídos nas regiões: Norte, Nordeste, Centro-oeste, Sul e Sudeste, visando um atendimento ampliado e mais próximo em cada região.

As Incubadoras da Rede UNITRABALHO ajudam, na prática, a organizar, formar/orientar, acompanhar sistematicamente ou oferecer assessorias pontuais procurando qualificar técnica e administrativamente as pessoas interessadas em constituir e melhorar seus EES. Por meio de processo educativo, orientado na participação e no diálogo, instrui quanto à organização do trabalho, aos aspectos da autogestão, de ordem jurídica, contábil, financeiro, relações interpessoais e outros aportes necessários. Tem como principal objetivo promover a geração e consolidação dos empreendimentos de autogestão. As Incubadoras procuram atuar em estreita articulação com outras Incubadoras da Rede, visando o intercâmbio de experiências bem como dar visibilidade aos empreendimentos incubados com vistas à divulgação dos seus produtos e comercialização entre eles. A parceria com os poderes públicos e com as iniciativas privadas nas localidades onde as ações são desenvolvidas, tem sido praticada e é muito importante para os empreendimentos e para o fortalecimento das ações desenvolvidas no processo de incubação.

As Universidades da Rede, por meio de suas Incubadoras, buscam resgatar o compromisso que, principalmente, a Universidade pública tem para com a sociedade que a mantém ao disponibilizar para a sociedade o seu saber técnico e científico. Elas têm uma função relevante, além do ensino e da pesquisa, na medida em que disponibilizam conhecimentos para uma parte da coletividade que não teve acesso ao ambiente acadêmico e tampouco ao conhecimento gerado por ela.

O trabalho desenvolvido pelas Incubadoras da Rede UNITRABALHO junto aos EES incubados tem sido fundamental para a viabilidade e sustentabilidade dos mesmos. A competitividade no mercado exige que os empreendimentos tenham acesso às informações e tecnologias que lhes proporcionem eficiência e sustentabilidade. A incubação permite que eles se fortaleçam, pois vão dispor minimamente de:

- 1) orientação técnica especializada para a produção, bem como para a autogestão;
- 2) informações quanto às condições de entrada e permanência no mercado por meio de estudos específicos, bem como apoio para a inserção em cadeias ou arranjos produtivos, comércio local, nacional e internacional e
- 3) formação de centrais de comercialização ou cooperativas de 2º grau.

⁷ A Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho – UNITRABALHO, criada em 1996, assiste empreendimentos de trabalhadores através dos Núcleos/Incubadoras Locais distribuídos em 40 Universidades em todo o país. A Rede UNITRABALHO como um todo interliga atualmente 90 universidades e instituições de ensino superior, que se agrupam em sete regionais e seus respectivos Núcleos Locais multidisciplinares desenvolvendo estudos, pesquisas e extensão sobre o mundo do trabalho.

O processo de incubação permite, desde o início, que sejam feitas análises da viabilidade econômica dos empreendimentos. Estas análises depois resultam na elaboração dos Planos de Negócios. Os grupos incubados seguem sendo instrumentalizados sobre o processo de gestão do próprio empreendimento, sua relação com o mercado e outros pontos importantes que vão surgindo no decorrer do processo. As Incubadoras Universitárias se apresentam como uma opção acessível para os trabalhadores que querem começar um EES e produzir de forma eficiente, com qualidade e competitividade.

3. Processo de incubação como processo educativo

A incubação é um processo prático educativo de organização e acompanhamento sistêmico a grupos de pessoas interessadas na formação de empreendimentos econômicos solidários, tendo em vista a necessidade de dar suporte técnico a esses empreendimentos. Esse processo:

- valoriza o saber acumulado das pessoas e do grupo com vistas à inclusão social e econômica;
- acrescenta conhecimentos básicos de trabalho cooperativo e técnicas específicas de produção e gestão administrativa;
- orienta para o mercado e inserção em cadeias produtivas e/ou planos e arranjos produtivos locais, etc.

Trata-se, portanto, de:

- unir “saber popular” a “saber científico” numa tentativa de transformação da prática cotidiana inter-relacionando as atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- um processo educativo que modifica as circunstâncias, os homens e as mulheres na sua maneira de ser e agir;
- um processo de construção e reconstrução de conhecimentos para os atores envolvidos em vários aspectos.

3.1 Princípios norteadores do Processo de Incubação

O conhecimento que se adquire no processo de incubação de empreendimentos econômicos solidários ocorre por meio de uma ação humana que chamamos de *trabalho ou práxis*.

O processo educativo na prática de incubação, implica num conjunto complexo de atividades de caráter técnico e social orientada por objetivos, o que faz desta prática, uma atividade conscientemente buscada e orientada a um fim.

A forma pedagógica como característica do processo educativo na prática de incubação mediante a qual se adquire os conhecimentos possíveis, parte do percebido para o não percebido, do imediato para o mediato. Em si mesma a prática pedagógica transforma os conteúdos e altera a conduta.

A prática de incubação (processo real), onde se dá o processo educativo, é o objeto do relacionamento entre: saber popular que trazem o trabalhador/educando e o acadêmico/científico trazido pelos orientadores/educadores. Por outro lado, o processo prático de incubação, mais que uma troca de saberes, é entendido como um processo de produção de conhecimento, onde o saber popular e os conceitos teóricos ou conhecimentos acadêmicos/científicos do orientador, serão utilizados como matéria prima, por ambos (educador-educando) para a construção do saber popular e científico em saberes aplicáveis ou mais adequados à natureza do empreendimento e do trabalhador cooperativo.

O processo prático de incubação é muito mais um conjunto de objetivos, que se detalham em passos e instrumentos, de certa forma, experimentados e produzidos *na e pela prática*, que propriamente uma metodologia de incubação.

Em síntese, nossa conceituação de processo prático de incubação admite a existência de dois saberes, distintos, mas não opostos: o saber popular e o saber acadêmico/científico, que são trabalhados por meio de uma prática pedagógica participativa/dialógica, procurando respeitar os limites e tempo de aprendizagem do educando, ou seja:

- a) o saber acadêmico/científico ao entrar em relação com o saber popular deve interagir, com vistas a construir ou recriar o conhecimento possível;
- b) a forma mediante a qual os dois saberes entram em relação deve ser, bidirecional e participativa, entendida como um construir em conjunto;
- c) o processo educativo deve se dar como processo de produção, onde o saber popular se transforma com os instrumentos do saber acadêmico/científico predeterminado, onde são respeitados o limite e o tempo do educando para absorção e elaboração dos conteúdos no processo de produção de conhecimento, que se constrói com erros e acertos, avanços e recuos;
- d) o caráter político dessa ação educativa (pedagógica) deve levar os educadores a assumi-la como compromisso de aprendizagem, para si e para os trabalhadores (educandos), de nova organização de trabalho e condição de vida, não se limitando apenas aos aspectos técnicos do saber, mas também a uma concepção mais totalizadora da sociedade concreta em que a prática se realiza;
- e) a prática pedagógica implica não somente a conhecimento e construção ou reconstrução de ambos os saberes, mas também a dos sujeitos do processo (educandos e educadores).

Os resultados podem ser observados tanto naqueles que organizam a incubação como nos que são incubados. Nas Universidades e suas Incubadoras, os professores, técnicos e acadêmicos despertam para outra forma de ver o mundo, passam a valorizar e estimular mais o diálogo, a participação e a autocrítica enquanto educadores e pessoas. Além disso, esta experiência enriquece e modifica a forma de ensinar, incitando a inter e multidisciplinaridade que são indispensáveis nesse trabalho coletivo. Também ativa a associação entre ensino, pesquisa e extensão viabilizando a transferência de conhecimentos e tecnologias à comunidade.

Na comunidade, os trabalhadores que formam seus empreendimentos, além de viabilizar trabalho e renda, mudam sua forma de pensar e agir ao mesmo tempo em que se sentem mais seguros, mais respeitados, fortes ou empoderados para interagir na sociedade ou comunidade em que vivem. Ao adquirirem o *status* de cooperados ou associados, com autonomia para exercer a autogestão, esses trabalhadores ganham visibilidade. Passam a dispor de cidadania, elevam a auto-estima e resgatam a esperança, além de ter acesso e adquirir conhecimentos e tecnologias que as universidades, por meio de seus professores, pesquisadores, técnicos e acadêmicos, podem dispor. Tudo isso leva, indiscutivelmente, à melhoria na qualidade de vida desses trabalhadores que como eles mesmos relatam, deixam de ser “invisíveis”.

Por outro lado, percebe-se que esses trabalhadores, apesar das melhorias visíveis de patrimônio e renda, parecem ter apego relativo aos bens materiais ou ao dinheiro. O que mais os une são as relações humanas. À primeira vista é um paradoxo, pois carregam muitos conflitos pelas próprias histórias de vida, considerando que ao longo dos anos cada um, de modo diferente ou ao seu modo, acumulou seqüelas e bloqueios que afetam o relacionamento interpessoal e coletivo no trabalho. Estamos falando de uma parcela da população que traz o peso da exclusão econômica, social, do preconceito e também de carências como a alfabetização. Todas essas dimensões precisam ser trabalhadas e superadas. Por isso a importância das Incubadoras Universitárias terem em suas equipes diversas áreas de conhecimento, além daquelas voltadas para as técnicas organizacionais e de negócios, tais como: saúde, psicologia, educação, direito, recursos humanos, entre outras que, nesse sentido, podem trabalhar as questões de conflito, de conhecimento e reconhecimento de cada um em benefício do relacionamento pessoal, familiar e do trabalho coletivo, bem como do seu empreendimento, na tentativa de evitar movimentos de desestabilização.

A economia solidária ainda é um processo em construção, que já avançou muito no aspecto político, da educação, da formação, da organização, da produção e comercialização, mas há ainda muitas descobertas a serem feitas e longos caminhos a serem percorridos.

Referências Bibliográficas

ATLAS da economia solidária no Brasil 2005. Brasília: MTE, SENAES, 2006.

CULTI, Maria Nezilda. **Sócios do Suor: cooperativas de trabalho**. In: O Mundo do Trabalho e a Política: Ensaio Interdisciplinares, Maringá: Eduem, 2000.

_____. **O desafio do processo educativo na prática de incubação de empreendimentos econômicos solidários**. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo-USP/SP, São Paulo, 2006.

_____. **Popular cooperative enterprises: a process of (Re)education**. In: The Injustice at Work: An International View on the World of Labour and Society. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2002.

_____. **El cooperativismo popular en Brasil: importancia y representatividad**. In: Anais do Terceiro Congresso Europeo de Latinoamericanistas: Amsterdam, Holanda, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, Coleção Leitura, 1996.

GAIGER, Luiz Inácio Germany (Org.). **Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SINGER, Paul & Souza, André Ricardo de. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

SOUZA, André R. de & outros. **Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia Solidária**. São Paulo: Contexto, 2003.